

16º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2025

O que é normal? Entre o naturalismo e as plataformas biomédicas

JULIA B. ALCANTARA¹, RODRIGO A. ROSA²

¹ Graduando em Letras, Bolsista PIBIC, IFSP, Campus São Paulo, j.alcantara@aluno.ifsp.edu.br.

² Doutorado em Filosofia, Orientador PIBIC, IFSP, Campus São Paulo, rosa.rodrigo.a@gmail.com.
Área de conhecimento (Tabela CNPq): 70100004 Filosofia.

RESUMO: Este trabalho busca analisar criticamente a aplicação do modelo naturalista da saúde, especialmente a Teoria Bioestatística da Saúde (TBS) de Christopher Boorse, ao campo das psicopatologias. Defendendo que saúde é o funcionamento típico das partes do organismo segundo padrões estatísticos da espécie, Boorse propõe uma definição objetiva e livre de valores, que tem influenciado os critérios diagnósticos contemporâneos. No entanto, ao considerar normalidade e disfunção como dados naturais, o modelo desconsidera fundamentos clínicos, tecnológicos e sociais na construção do diagnóstico psiquiátrico. A partir disso, confronta-se a TBS com o modelo teórico proposto por Keating e Cambrosio, que descrevem a medicina como um estilo de prática moldado por plataformas biomédicas, arranjos técnicos e discursivos que produzem e estabilizam categorias como “normal” e “patológico”. Com base em revisão teórica e análise conceitual, conclui-se que, no contexto da psiquiatria, os critérios de disfunção não são empiricamente dados, mas performados por práticas normativas e tecnológicas. O estudo contribui para o debate filosófico sobre a saúde mental ao evidenciar os limites epistemológicos do naturalismo e enfatizar a necessidade de modelos que reconheçam a importância sociotécnica e histórica na definição das psicopatologias.

PALAVRAS-CHAVE: saúde mental; psicopatologia; naturalismo; biomedicina; epistemologia.

What is normal? Between naturalism and biomedical platforms

ABSTRACT: This study aims to critically analyze the application of the naturalist model of health, particularly Christopher Boorse’s Biostatistical Theory of Health (BST), to the field of psychopathologies. By defining health as the typical functioning of an organism’s parts according to the statistical norms of its species, Boorse proposes an objective and value-free concept that has influenced contemporary diagnostic criteria. However, because it treats normality and dysfunction as natural facts, the model disregards clinical, technological, and social foundations involved in psychiatric diagnosis. In contrast, this work utilizes the theoretical model proposed by Keating and Cambrosio, who describe medicine as a style of practice shaped by biomedical platforms, technical and discursive arrangements that produce and stabilize categories such as “normal” and “pathological.” Based on theoretical review and conceptual analysis, the study concludes that, in psychiatry, dysfunction criteria are not empirically given but performed through normative and technological practices. This research contributes to the philosophical debate on mental health by exposing the epistemological limits of naturalism and emphasizing the need for models that recognize the sociotechnical and historical importance in the construction of psychopathologies.

KEYWORDS: mental health; psychopathology; naturalism; biomedicine; epistemology.

INTRODUÇÃO

A delimitação entre o normal e o patológico constitui uma das questões epistemológicas centrais da medicina, especialmente quando aplicada ao campo das psicopatologias. A tradição naturalista, representada por autores como Christopher Boorse, afirma que a saúde é um estado objetivo de funcionamento típico, definido em termos estatísticos e biológicos, desvinculado-a de julgamentos de valor ou da experiência subjetiva do indivíduo. Essa abordagem tem sido incorporada ao modelo biomédico, enquadrando os transtornos mentais a partir da lógica funcionalista aplicada às doenças físicas, privilegiando assim a identificação de marcadores biológicos como principal critério diagnóstico.

No entanto, essa perspectiva naturalista tem sido amplamente questionada pelo caráter reducionista desse modelo. Como apontam críticos da racionalidade biomédica, a objetividade presumida da psiquiatria esconde a normatividade embutida nas classificações diagnósticas e nos critérios estatísticos de normalidade. A ampla difusão de sistemas classificatórios, como o DSM e a CID, evidencia como esses instrumentos participam da construção daquilo que se entende por “transtorno mental”, muitas vezes ignorando a complexidade histórica, cultural e subjetiva do sofrimento psíquico.

Este trabalho, portanto, propõe uma análise crítica da concepção naturalista de normalidade aplicada às psicopatologias, examinando suas implicações conceituais e práticas. Ao confrontar esse modelo com abordagens teóricas mais recentes, como a noção de plataformas biomédicas de Keating e Cambrosio, pretende-se refletir sobre os limites da objetividade biomédica e a possibilidade de uma compreensão mais ampla e situada da saúde mental.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho baseia-se em revisão teórico-conceitual, a partir da leitura crítica e comparativa de textos centrais que abordam as concepções naturalistas e sociotécnicas da saúde. Como principais materiais, foram analisados os artigos de Christopher Boorse, especialmente *On the Distinction Between Disease and Illness* (1975) e *Health as a Theoretical Concept* (1977), e os trabalhos de Peter Keating e Alberto Cambrosio, com destaque para *Cancer Clinical Trials: The Emergence and Development of a New Style of Practice* (2007) e *Biomedical Platforms* (2003). A metodologia adotada consistiu na análise conceitual dos fundamentos epistemológicos presentes em cada proposta, com especial atenção à definição e delimitação de normalidade, função e disfunção no contexto das psicopatologias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Teoria Bioestatística da Saúde (TBS), proposta por Christopher Boorse, sustenta uma concepção naturalista de saúde, na qual o estado saudável de um organismo corresponde ao funcionamento típico de suas partes, em conformidade com padrões estatísticos observados em um grupo de referência biologicamente homogêneo. Boorse (1975) define “função” como a contribuição causal de uma parte do corpo para metas biológicas da espécie, como a sobrevivência e a reprodução. Dessa forma, a doença, inclusive os transtornos mentais, é entendida como uma disfunção objetiva e mensurável, mesmo quando assintomática ou localizada, sendo caracterizada pela redução de uma ou mais capacidades funcionais abaixo de um padrão estatístico típico. Assim, embora o autor reconheça que os limites entre normalidade e patologia, em distribuições contínuas, sejam estabelecidos convencionalmente, ele insiste que a própria noção de função permanece empírica e livre de valores subjetivos.

No entanto, essa tentativa de manter a objetividade sofre tensões epistemológicas, uma vez que as decisões estatísticas que definem o que é “funcionamento típico” envolvem escolhas normativas embutidas, como o número de desvio-padrão aceitáveis ou os critérios de inclusão no grupo de referência. Além disso, ao assumir que o mais comum é também o mais desejável, essa questão torna-se evidente quando o modelo de Boorse classifica como doentes indivíduos assintomáticos ou com variações funcionais localizadas que não afetam sua capacidade funcional: “once a function is recognized by biology, a failure of it, even a local one, seems to count in medicine as a disease”

(BOORSE, 1977, p. 561). Ademais, a separação proposta entre os conceitos de doença (teórico, descritivo) e enfermidade (social, normativo e, supostamente, prático) acaba por obscurecer que, na real prática clínica, tais distinções são frequentemente inseparáveis.

Em contraste, Keating e Cambrosio (2007) propõem uma diferente abordagem da biomedicina contemporânea, fundamentada em elementos sociais e técnicos, na qual a definição de doença não é a simples constatação de disfunções naturais, mas o resultado de práticas institucionais, laboratoriais e regulatórias, por sua vez organizadas em plataformas biomédicas. Essas plataformas consistem em arranjos materiais e discursivos (como protocolos clínicos, biomarcadores, bancos de dados e regulações) que produzem, organizam e estabelecem categorias como “normal” e “patológico” e os próprios critérios de diagnóstico e tratamento são constantemente reimaginados. Isso se torna possível na medida em que os próprios ensaios clínicos, mais do que testarem terapias já existentes, participam na constituição, por sua vez coletiva, do que conta como um tratamento válido (KEATING, CAMBROSIO, 2007, p. 200). Assim, é a partir de sistemas técnicos de regulamentação, a exemplo da imunofenotipagem e da reconfiguração da AIDS por critérios laboratoriais, que os autores mostram que os próprios conceitos de função e eficácia são construídos através de práticas clínicas nas plataformas, e não derivados de uma natureza preexistente. Nesse modelo, a estatística não é usada para revelar padrões naturais, mas sim como uma ferramenta para padronizar questões clínicas, definir critérios de inclusão e organizar dados experimentais, implicando decisões metodológicas fundamentais.

A comparação entre a teoria de Boorse e a de Keating e Cambrosio evidencia uma tensão fundamental entre dois modos de compreender e definir a saúde mental e a doença: de um lado, a tentativa de fundamentar os transtornos mentais em desvios funcionais estatisticamente mensuráveis; de outro, a demonstração de que esses mesmos diagnósticos são produtos de decisões técnicas, sociais e políticas, realizadas em plataformas biomédicas. Nesse sentido, a medicina, para os autores, não trabalharia com fatos naturais puros, mas com modelos tecnicamente organizados do corpo e da doença, e a noção de “função” não é definida a partir de um dado pré-existente, mas sim um atributo construído e utilizado em diversas práticas laboratoriais e clínicas.

Dessa forma, a noção de “função estatística” proposta por Boorse mostra-se insuficiente frente à complexidade das práticas biomédicas atuais, nas quais o que se configura como função ou disfunção depende menos de padrões naturais e mais de constantes articulações entre saberes, tecnologias, protocolos e instituições, que produzem e legitimam categorias diagnósticas. Essa crítica torna-se especialmente relevante no campo da psicopatologia, em que os critérios diagnósticos, como os do DSM, são frequentemente objeto de disputa epistemológica, demonstrando que a normatividade está presente mesmo quando disfarçada sob a aparência de neutralidade estatística.

CONCLUSÕES

A análise comparativa entre a Teoria Bioestatística da Saúde de Christopher Boorse e o modelo de plataformas biomédicas proposto por Keating e Cambrosio evidencia que a definição de disfunção no campo das psicopatologias não pode ser reduzida a desvios estatísticos biológicos. Embora a TBS se proponha a uma concepção objetiva e descritiva de saúde, seus critérios revelam limitações, principalmente ao desconsiderar o papel constitutivo das práticas clínicas, tecnológicas e institucionais. O confronto com o modelo de plataformas biomédicas mostra que categorias como “normal” e “patológico” são construídas e estabilizadas em contextos específicos, mediados por dispositivos técnicos e normativos. Assim, os resultados obtidos reforçam a insuficiência do naturalismo como fundamento exclusivo para o diagnóstico de psicopatologias, apontando a necessidade de abordagens que reconheçam a dimensão histórica, social e performativa dos conceitos de saúde e doença mental. Essa constatação cumpre o objetivo proposto de discutir os limites epistemológicos da TBS e contribui para uma compreensão filosófica mais ampla e crítica da medicina e da psiquiatria contemporâneas.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Julia Bezerra de Alcantara foi responsável pelas funções de redação – preparo do rascunho original e revisão crítica e edição, elaborando os argumentos principais e a redação do texto. Rodrigo

Augusto Rosa contribuiu com a curadoria de dados e investigação, sendo responsável pela seleção, leitura e organização dos materiais bibliográficos utilizados, como artigos e livros.

Todos os autores contribuíram com a revisão do trabalho e aprovaram a versão submetida.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de iniciação científica concedida e pelo apoio financeiro ao projeto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N.; JUCÁ, V. Saúde como ausência de doença: crítica à teoria funcionalista de Christopher Boorse. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n.4, p. 879-889, 2002.

BARBOSA, M. L. O.; QUINTANEIRO, T. Max Weber. In: **Um toque de clássicos**. 4. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 97-137, 2003.

BATISTELLA, C. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: Fonseca A.F., Corbo A.D., organizadores. **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 51-86, 2007.

BEZERRA JR., B. O normal e o patológico: uma discussão atual. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 9, p. 2005-2013, 2006.

BOORSE, C. Health as a theoretical concept. **Philosophy of Science**, v. 44, n. 4, p. 542-573, 1977.

BOORSE, C. On the distinction between disease and illness. **Philosophy and Public Affairs**, v. 5, n. 1, p. 49-68, 1975.

BUENO, G. N.; BUENO, L. N.; NOBREGA, L. G.; MAGRI, M. R. Psicopatologias de acordo com as abordagens tradicional e funcional. In: BORGES, N. B.; AURELIANO, L. F. G.; LEONARDI, J. L. (orgs.) **Comportamento em Foco**. São Paulo: ABPMC, v. 4, p. 27-38, 2014.

CECCARELLI, P. R. A patologização da normalidade. **Estudos de Psicanálise**, Aracaju, n. 33, p. 125-136, 2010.

GAUDENZI, P. A tensão naturalismo/normativismo no campo da definição da doença. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 17, n. 4, p. 911-924, dez. 2014.

GAUDENZI, P. Normal e Patológico no naturalismo e no normativismo em saúde: a controvérsia entre Boorse e Nordenfelt. *Physis*: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, p. 747-767, jul. 2016.

GHAEMI, S. N. Pluralism in psychiatry: Karl Jaspers on science. **Philosophy, Psychiatry & Psychology**, v. 14, n. 4, p. 327-332, 2007.

GUEDES, C. R.; NOGUEIRA, M. I.; CAMARGO JR., K. R. A subjetividade como anomalia: contribuições epistemológicas para a crítica do modelo biomédico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1093-1103, 2006.

KEATING, P.; CAMBROSIO, A. Cancer clinical trials: the emergence and development of a new style of practice. **History of Medicine**, v. 81, n. 1, p. 197-223, 2007.

KEATING, P.; CAMBROSIO, A. An introduction to platforms. In: KEATING, P.; CAMBROSIO, A. **Biomedical platforms: realigning the normal and the pathological in late-twentieth-century medicine**. Cambridge (MA): MIT Press, 2003.

MARTINHAGO, F.; CAPONI, S. Controvérsias sobre o uso do DSM para diagnósticos de transtornos mentais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 3, p. e00056518, 2019.

PEREIRA, M. E. C. A crise da psiquiatria centrada no diagnóstico e o futuro da clínica psiquiátrica: psicopatologia, antropologia médica e o sujeito da psicanálise. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 17, n. 1, p. 22-42, 2014.

PONDÉ, M. P. A crise do diagnóstico em psiquiatria e os manuais diagnósticos. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 10, n. 24, p. 98-120, 2018.

RIBEIRO, A. S. et al. Psicopatologia na contemporaneidade: análise comparativa entre o DSM-IV e o DSM-V. **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 45-60, 2020.

THOMÉ, A. M.; MESSAS, G. P. A construção do diagnóstico diferencial à luz da psicopatologia fenomenológica. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 16, n. 3, p. 498-512, 2013.

VENTURI, C. A psicopatologia para além da dicotomia fato/valor. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 21, p. 589-610, 2018.